

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**WILZORT CENATUS**

**AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS: INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DE MIGRANTES  
NO BRASIL**

**CURITIBA**

**2024**



**WILZORT CENATUS**

**AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS: INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DE MIGRANTES  
NO BRASIL**

TCC apresentada ao curso de Agronomia, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Engenharia Agrônoma.

Orientador: Prof. Dr. Afonso Takao Murata

CURITIBA

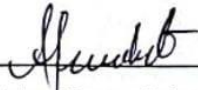
2024

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**WILZORT CENATUS**

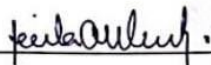
**AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DE MIGRANTES NO BRASIL**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Engenheiro(a) Agrônomo(a) no Curso de Graduação em Agronomia, pela seguinte banca examinadora:



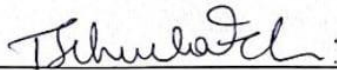
Prof. Dr. Titular Afonso Takao Murata

Orientador(a) – Departamento Fitotecnia e Fitossanidade, UFPR



Msc. Leila Aubrift Klenk

Superintendente do Ministério do desenvolvimento agrário, MDA



Prof(a). Dr (a) Titular Tatyana Scheila Friedrich

Departamento de Direito Privado, UFPR

Curitiba, 16 de dezembro de 2024.



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DE MIGRANTES NO BRASIL**

TCC apresentada ao curso de Graduação em Agronomia, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Engenharia Agrônômica.

---

Prof. Dr. Titular Afonso Takao Murata

Orientador(a) – Departamento Fitotecnia e Fitossanidade, UFPR

---

Msc. Leila Aubrift Klenk

Superintendente do Ministério do desenvolvimento agrário, MDA

---

Prof(a). Dr (a) Titular Tatyana Scheila Friedrich

Departamento de Direito Privado, UFPR

Curitiba, 16 de dezembro de 2024.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, contribuíram para minha trajetória acadêmica. Aos meus familiares, pelo amor, compreensão e apoio sem limites. Aos amigos e colegas de curso, pela troca de saberes, experiências e incansáveis incentivos que fizeram diferença ao longo do caminho. Dedico também este esforço a

todos os educadores que, com dedicação e amor, inspiram na constante busca pelo saber e pela transformação da sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente as divindades, que me deram forças, saúde e perseverança para vencer os desafios e alcançar esta conquista.

Aos meus familiares, pelo carinho e incentivo em cada etapa desta caminhada. Vocês são a base e a inspiração na minha vida.

Aos professores e colegas, que contribuíram diretamente ou indiretamente para a minha formação acadêmica, seja por meio de ensinamentos, trocas de ideias ou momentos de incentivo e motivação.

À instituição de ensino, por proporcionar ambiente que favorece o aprendizado e crescimento.

E, finalmente, a todos que, de forma direta ou indireta, estiveram ao meu lado e me ajudaram neste momento tão importante da minha vida.

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida,

à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” – *Constituição Federativa de 1988*

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo explorar a importância da agroecologia como uma alternativa sustentável para a inclusão social e econômica de migrantes no Brasil. Através de um estudo de caso descritivo, em paralelo com o estudo bibliográfico, analisa-se como políticas públicas podem integrar a produção agroecológica nas práticas de acolhimento e integração de migrantes, considerando os aspectos socioeconômicos e culturais dessas populações. O estudo investiga a agroecologia como uma alternativa viável para criar a segurança alimentar, o fortalecimento de comunidades locais e o desenvolvimento de territórios sustentáveis, ao mesmo tempo em que aponta para uma via de inserção no mercado de trabalho para migrantes. A análise da agroecologia neste viés, pode contribuir para a construção de políticas públicas inclusivas, que reconheçam e respeitem as especificidades culturais e econômicas dos migrantes, incentivando sua participação ativa na sociedade brasileira. O estudo também discute como as políticas públicas para a produção agroecológica podem incentivar a integração social, cultural e econômica dos migrantes, enfrentando desafios relacionados ao acesso à terra, crédito e mercados justos.

**Palavras-chave:** Produção de alimentos; agroecologia; políticas públicas; migrantes; integração.

## ABSTRACT

The research was the objective to explore the importance of agroecology as a sustainable alternative for the social and economic inclusion of migrants in Brazil. Through a descriptive case study, in parallel with a bibliographic study, it analyzes how public policies can integrate agroecological production into migrant reception and integration practices, considering the socio-economic and cultural aspects of these populations. The study investigates agroecology as a viable alternative to create food security, strengthen local communities, and develop sustainable territories, while also providing a pathway for migrants to enter the labor market. The analysis of agroecology in this context contributes to the development of inclusive public policies that recognize and respect the cultural and economic specificities of migrants, encouraging their active participation in Brazilian society. The study also discusses how public policies for agroecological production can promote social, cultural, and economic integration of migrants, addressing challenges related to access to land, credit, and fair markets.

**Keywords:** Food production; agroecology; public policies; migrants; integration.

## **LISTA DE SIGLAS**

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES-Food	- International Panel of Experts on Sustainable Food Systems
FAS	- Fundação de Assistência Social
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PMUB	- Política Migratória e do Programa Universidade Brasileira
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	- Política Nacional De Agroecologia E Produção Orgânica
UCEPH	- União das Comunidades, Estudantes e Profissionais Haitianos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>11</b>
2.1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE AGROECOLOGIA.....	12
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE.....	14
21	
2.3 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO BRASIL.....	17
2.4 MIGRAÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS SOCIAIS.....	20
2.5 INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DE MIGRANTES.....	23
2.6 ESPAÇO DE PRODUÇÃO/CAPACITAÇÃO.....	26
2.7 PÚBLICOS BENEFICIÁRIOS.....	28
2.8 REGIÕES DE CAMPO MAGRO.....	32
2.9 UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DE MIGRANTES EM CAMPO MAGRO.....	36
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>38</b>
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>40</b>
<b>5 DISCUSSÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

.

## 1 INTRODUÇÃO

A agroecologia tem se consolidado como uma alternativa sustentável e socialmente inclusiva em diversos contextos globais. No Brasil, um país caracterizado por sua diversidade cultural, a agroecologia não é apenas um modelo de produção ambientalmente responsável, mas também um potente agente transformador para a integração socioeconômica e cultural de grupos marginalizados, como os migrantes, que enfrentam vulnerabilidades históricas e estruturais.

Dentro desse contexto, este estudo propõe investigar como a implementação de iniciativas agroecológicas pode contribuir para a inclusão social e econômica dos migrantes no Brasil, incentivando práticas sustentáveis e valorizando as culturas desses grupos. A pesquisa se propõe a analisar as políticas públicas voltadas para a agroecologia, observando como podem ser direcionadas para apoiar migrantes em situação de vulnerabilidade e integrar suas necessidades dentro de um modelo de desenvolvimento inclusivo.

A partir de uma revisão bibliográfica, o estudo explora a relevância e os desafios dessas políticas públicas, além de examinar exemplos práticos de iniciativas já existentes, como as descritas no relatório de atividades da UCEPH e no capítulo "A luta pelo direito à moradia: a atuação dos próprios migrantes e refugiados. Um relato sobre a situação geral e a horta comunitária criada pelos haitianos na Vila Nova Esperança, em Campo Magro, Paraná. ", publicado no livro *Movimentos, Memórias e Refúgios* (Cenatus, 2020). Esses exemplos servirão como base para propor diretrizes e estratégias voltadas à inclusão, sustentabilidade e fortalecimento dos vínculos comunitários entre migrantes, incentivando, simultaneamente, a autonomia financeira e a integração cultural.

O objetivo geral desta pesquisa é estudar a implementação de projetos agroecológicos como formas de melhorar as condições de vida dos migrantes, com especial ênfase nas mulheres, por meio de atividades econômicas baseadas na produção e transformação de produtos agrícolas. Como objetivos específicos, buscam-se compreender o processo de acolhimento e reagrupamento dos migrantes, criar a capacitação e a geração de renda, e incentivar a promoção cultural dentro das comunidades de migrantes no Brasil.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento deste trabalho abrange a análise de conceitos e práticas relacionadas à agroecologia como uma ferramenta estratégica para a implementação de políticas públicas voltadas para a integração de migrantes no Brasil. A agroecologia é observada de uma perspectiva multidisciplinar, com base na sustentabilidade e na inclusão socioeconômica de comunidades marginalizadas.

O item 2.1 explora os conceitos e princípios fundamentais da agroecologia, destacando sua importância como uma prática de produção sustentável que integra a preservação ambiental e o fortalecimento das comunidades locais. O item 2.2 aborda as políticas públicas e sua relação com a sustentabilidade, com ênfase nas iniciativas que incentivam a agricultura familiar e a transição para sistemas agroecológicos. Em seguida, o item 2.3 detalha como a produção agroecológica tem sido implementada no Brasil, destacando os exemplos de práticas sustentáveis e as iniciativas públicas que têm contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar.

O item 2.4 discute a migração no Brasil, analisando os aspectos históricos e sociais que moldaram os fluxos migratórios e o impacto desses fluxos nas políticas públicas voltadas à integração dos migrantes. No item 2.5, a integração socioeconômica e cultural dos migrantes é abordada, destacando como a agroecologia pode ser um meio para promover a inclusão desses grupos na sociedade brasileira.

O item 2.6 explora o papel dos espaços de produção e capacitação, destacando como a criação de redes de produtores e a implementação de políticas públicas voltadas à capacitação podem contribuir para a autonomia e o desenvolvimento sustentável dos migrantes. O item 2.7 discute os públicos beneficiários dessas políticas, identificando as populações migrantes mais impactadas pelas práticas agroecológicas e as políticas de apoio à agricultura familiar. No item 2.8, o foco é dado aos benefícios da agroecologia para as comunidades migrantes, enquanto o item 2.9 conclui a análise, discutindo os desafios e oportunidades de aplicar a agroecologia como uma ferramenta de inclusão social e econômica, sobretudo no contexto da migração e da sustentabilidade.

## 2.1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE AGROECOLOGIA

A agroecologia revelou-se um domínio multidisciplinar que congrega, sob uma mesma bandeira, princípios ecológicos e sociais voltados ao desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis, socialmente justos e economicamente viáveis. Mais do que uma prática, a agroecologia consubstancia uma ciência, um movimento social e uma proposta política de mudar a maneira pela qual são produzidos, distribuídos e consumidos os alimentos (Balem; Silveira, 2019). A seguir, estão os principais conceitos e princípios da agroecologia.

A agroecologia promove a reciclagem de nutrientes e a reutilização de resíduos orgânicos dentro da propriedade, otimizando os ciclos naturais. Práticas como compostagem e adubação verde, que utilizam recursos locais de forma eficiente, reduzem a dependência de insumos externos e promovem a autossuficiência do agricultor. Essa abordagem contribui para a preservação do solo, a retenção de umidade e a saúde das plantações. Neste mesmo contexto, essa ciência busca valorizar o conhecimento local e a participação das comunidades rurais, reconhecendo que os agricultores têm um conhecimento mais profundo sobre o solo, clima e práticas culturais em sua região. Este conhecimento é incorporado ao conhecimento científico, desenvolvendo soluções que respeitam as especificidades locais e promovem a autonomia dos agricultores (Altieri, 2012; Cenatus, 2020).

A participação da comunidade promove a união do grupo e a troca de conhecimentos, reforçando a essência social da agroecologia. Comprometida com a justiça social, a agroecologia busca sistemas alimentares que garantam o acesso universal a alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Ao apoiar pequenos agricultores e comunidades marginalizadas, promove a igualdade no acesso a recursos e condições justas de trabalho, combatendo a concentração de terras e de mercado. A agroecologia defende políticas que beneficiam agricultores familiares e pequenas comunidades, construindo um sistema alimentar mais justo e sustentável (Silva; Santos, 2014).

Estes sistemas integram árvores, arbustos, plantas alimentares e espécies animais, criando interações benéficas entre as espécies que aumentam a produtividade e diminuem a necessidade de consumos externos. A integração

agroecológica aumenta a fertilidade do solo e ajuda a controlar a erosão, além de criar a regeneração natural do ambiente (Neto; Dal Soglio, 2022; Fornazier; Belik, 2013).

A agroecologia busca capacitar os agricultores, garantindo-lhes autonomia no controle do processo produtivo, desde a escolha das sementes até as práticas de manejo. Ao reduzir a dependência de sementes modificadas, fertilizantes e pesticidas comerciais, a agroecologia fortalece a segurança alimentar e resgata variedades tradicionais, mais adaptadas às condições locais e às necessidades das comunidades. Essa autonomia protege os agricultores contra as flutuações do mercado, tornando-os mais resilientes e independentes (Alfaia et al., 2018).

Diferentemente da agricultura convencional de grandes dimensões, que depende da produção em grande escala de bens agrícolas, a agroecologia tem seu foco na produção em pequena escala voltada para o abastecimento local de alimentos. A agricultura em pequena escala garante maior cuidado ao solo, à água, aos recursos criados pelo homem e ao ambiente. Além disso, assegura condições de segurança alimentar em suas comunidades e solidifica as economias locais, que não podem depender de redes globais de distribuição e da pegada de carbono associada ao transporte de alimentos.

A agroecologia integra o meio ambiente e a agricultura como um sistema único e interdependente. A saúde do solo, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, como a polinização, são considerados pilares da produção agrícola sustentável. Por isso, a agroecologia valoriza práticas de conservação de solo e água, como o terraceamento e o plantio em curvas de nível, e incentiva sistemas agroflorestais, que integram árvores e culturas agrícolas, incentivando a sinergia entre eles. Além disso, a agroecologia promove a troca de saberes e a inovação entre agricultores. Muitas soluções agroecológicas surgem do conhecimento tradicional e da experimentação prática, impulsionando a difusão de técnicas inovadoras e localmente adaptadas. A pesquisa participativa, que envolve os agricultores no desenvolvimento de novas práticas, é uma ferramenta fundamental para o avanço da agroecologia (Neto; Dal Soglio, 2022).

De acordo com esses princípios, a agroecologia aplica uma série de práticas que visam a sustentabilidade e a harmonia com a natureza: Policultivo e Rotação de Culturas: A diversificação de espécies cultivadas atua como uma barreira natural contra pragas e doenças, criando um ecossistema mais equilibrado e resistente;

Adução Verde e Compostagem: Essas práticas promovem a reciclagem de nutrientes e melhoram a qualidade do solo, reduzindo a necessidade de fertilizantes químicos e fechando o ciclo de matéria orgânica na propriedade; Sistemas Agroflorestais: A integração de árvores com as culturas agrícolas cria um ambiente mais biodiverso, incentivando a proteção do solo, a regulação do clima e o fornecimento de recursos como madeira, frutos e sombra; Consórcios de Culturas: O plantio de diferentes culturas em conjunto permite que elas se beneficiem mutuamente, reduzindo a competição por recursos e diminuindo a necessidade de insumos externos; Controle Biológico de Pragas: A utilização de inimigos naturais para combater pragas, como a introdução de insetos benéficos, substitui o uso de agrotóxicos, preservando a saúde do ecossistema e dos consumidores (Monteiro, 2021).

Suas raízes remontam aos saberes tradicionais de povos indígenas, comunidades camponesas e culturas locais ao redor do mundo, que cultivaram a terra de forma sustentável e respeitosa, utilizando espécies nativas e manejando as paisagens de maneira integrada. Essa sabedoria ancestral, construída ao longo de gerações em convívio com a natureza, forma a base da agroecologia (Alfaia et al., 2018).

A agroecologia se consolida como campo científico interdisciplinar, integrando ecologia, biologia, agronomia, sociologia rural, economia e outras áreas do conhecimento. Busca compreender o agroecossistema de forma holística, considerando as interações entre os seus componentes – plantas, solo, animais e seres humanos – para construir sistemas agrícolas ecologicamente equilibrados e economicamente viáveis (Altieri, 2012; Caporal; Costabeber, 2002).

## **2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE**

Determinações para o agricultor passar de sistemas convencionais para sistemas agroecológicos. Essa determinação pode incluir subsídios, linhas de crédito específicas e isenção de impostos para os produtores que passarem a utilizar práticas sustentáveis, tais como a rotação de culturas, a utilização de adubos orgânicos e a preservação de áreas de vegetação nativa, assistência técnica e formação dos agricultores (Altieri, 2012).

Os centros de pesquisa e extensão rural poderão disponibilizar os conhecimentos agroecológicos e produção técnica, incentivando a adoção de práticas sustentáveis e diminuindo o risco econômico para os pequenos produtores, durante a transição. A agricultura familiar e as cooperativas sociais são os protagonistas no campo da produção agroecológica, por terem um relacionamento mais próximo da terra e por serem mais propensas a adotar práticas culturais menos intensivas e mais diversificadas de potencialização (Cenatus, 2020). Políticas públicas que fortaleçam esses pequenos proprietários e as cooperativas podem facilitar a expansão do sistema agroecológico (Silva; Santos, 2014).

Os suportes podem ser: acesso facilitado ao crédito, legislação que proteja a pequena propriedade do combate desleal ao grande agronegócio, além da isenção de impostos. Além disso, fomentar programas de compras públicas, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no Brasil, pode se mostrar uma eficaz forma de assegurar mercado para os produtos agroecológicos e institucionalizar a produção sustentável e a segurança alimentar nas escolas (Bezerra; Schneider, 2012).

Um dos fundamentos para o desenvolvimento da agroecologia reside na educação e na formação de novos profissionais e agricultores que sejam conscientes dos princípios de sustentabilidade. As políticas públicas poderiam incentivar a inserção de cursos na área de agroecologia e sustentabilidade nas escolas agrícolas e universidades, para formar técnicos e especialistas capazes de enfrentar os desafios da agricultura sustentável. Os programas de extensão rural voltados para a agroecologia oferecem cursos práticos e pedagógicos para os agricultores, abordando práticas como adubação verde, consórcios de culturas e sistemas agroflorestais. Ademais, tal capacitação contribui para fortalecer a autonomia dos agricultores, permitindo melhor capacidade de adaptação às mudanças climáticas e aos desafios ambientais (Caporal; Costabeber, 2002).

Para que a agroecologia avance como ciência e como prática, é imprescindível investir em pesquisa e inovação. As políticas públicas poderiam criar e fortalecer programas de pesquisa voltados para agroecologia, que mapeassem alternativas de cultivo em função dos diferentes ecossistemas, explorando as espécies nativas e estratégias de controle biológico de pragas. A pesquisa poderia também focar o desenvolvimento de variedades agrícolas resilientes às condições climáticas

extremas, contribuindo para a adaptação às mudanças climáticas. O estímulo da pesquisa participativa, que articula os conhecimentos científicos aos saberes tradicionais dos agricultores, é uma abordagem eficiente e defendida na agroecologia. Este tipo de pesquisa cooperativa promove a geração de soluções locais de acordo com as especificidades culturais e ambientais de cada região (Neto; Dal Soglio, 2022).

A agroecologia é fundamental para construção da soberania alimentar, que reivindica o direito das comunidades definirem suas próprias políticas alimentares e controlarem a produção e consumo dos alimentos. As Políticas Públicas que priorizam os mercados locais e o consumo de alimentos produzidos no local ajudam a fortalecer circuitos curtos de comercialização, reduzindo a pegada de carbono associada ao transporte e beneficiando a economia local (ANA, 2010; Bezerra; Schneider, 2012; Fornazier; Belik, 2013; Pimentel et al., 2023).

Iniciativas tais como feiras agroecológicas, certificações de produtos orgânicos e agroecológicos e programas de compras institucionais são importantes mecanismos para criar a agroecologia e a soberania alimentar. Exemplos incluem as políticas de pagamento por serviços ambientais, que remunera agricultores que mantêm áreas de vegetação nativa e a promoção de práticas como terraceamento e plantio de cobertura (Pimentel et al., 2023).

Movimentos agroecológicos como La Via Campesina e redes nacionais de agroecologia são fundamentais para a construção de uma base de apoio e para a troca de experiências de agricultores com pesquisadores e ativistas. As políticas públicas podem contribuir para a formação e fortalecimento dessas redes, que têm promovido a agroecologia como alternativa ao modelo agrícola convencional (Cenatus, 2020).

Apoiar esses movimentos significa reconhecer a agroecologia como um movimento social que luta pela justiça social e pela democratização do acesso à terra e aos recursos naturais. Esta parceria com os movimentos e as políticas públicas fortalece o conceito de uma agricultura que respeita os direitos humanos e valoriza a diversidade cultural (Foranzier; Belik, 2013).

A agroecologia é uma aliada poderosa nas estratégias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Políticas públicas que têm foco em agroecologia podem apoiar sistemas que sequestram carbono, como os sistemas agroflorestais, e criar a preservação do solo e da água (Monteiro, 2021).

Os programas governamentais podem incluir apoio à instalação de sistemas de supervisão mais eficientes, ao desenvolvimento de banco de sementes nativas e à implementação de práticas conservacionistas, como o terraceamento e o planejamento de cobertura, que ajudam a adaptar a produção agroecológica às constantes mudanças climáticas (Cenatus, 2020).

As políticas públicas podem facilitar o acesso ao mercado para produtos agroecológicos por meio da criação de sistemas de certificação e regulamentação simplificados e acessíveis para pequenos produtores. Certificações como o selo de produto orgânico ou agroecológico ajudam a diferenciar os produtos sustentáveis no mercado e ajudam os consumidores a tomar decisões mais informadas (Bezerra; Schneider, 2012).

A regulamentação da agroecologia também pode simplificar o processo de certificação para grupos de agricultores, permitindo que pequenas cooperativas obtenham certificação de forma mais prática e econômica. Esse apoio aumenta a visibilidade dos produtos agroecológicos e incentiva o consumo consciente (Altieri, 2012).

### **2.3 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO BRASIL**

A agroecologia é modelo de produção que se destaca pela preservação ambiental e pelo fortalecimento da agricultura familiar, incluindo práticas sociais e culturais focadas na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável. A agroecologia brasileira integra um conjunto de princípios e práticas de produção, que visam equilibrar as relações entre o homem e o meio ambiente (Caporal; Costabeber, 2002).

Uso Racional dos Recursos Naturais: A produção agroecológica propõe minimizar o uso de recursos não renováveis, através da promoção de técnicas como a compostagem, do uso de defensivos naturais e da utilização de fertilizantes orgânicos. Valorização dos Conhecimentos Tradicionais: No Brasil, a agroecologia valoriza e incorpora práticas tradicionais e conhecimentos locais que são transferidos de geração em geração pelos agricultores familiares e comunidades indígenas, por exemplo (Alfaia et al., 2018).

Integração de Culturas e Criação Animal: Este modelo favorece a integração entre as culturas e a criação animal, possibilitando assim o aparecimento de ciclos de produção mais equilibrados e com, através disso, incentivando a reciclagem de nutrientes e o controle natural de pragas e doenças (Altieri; Nicholis, 2005).

No Brasil, a produção da base ecológica nasceu em oposição ao modelo da Revolução Verde, postulado de forma escalar a partir da década de 1960, acarretando aumento da produtividade agrícola, mas também degradando o solo, incentivando o uso abusivo de agrotóxicos e a concentração da terra (Fornazier; Belik, 2013). Dessa forma, organizações de agricultores, movimentos sociais e ONGs começaram a defender práticas agrícolas mais sustentáveis e inclusivas, estimulando o desenvolvimento da agroecologia.

A partir da década de 1980 e 1990, políticas e programas públicos de incentivo começaram a apoiar a agricultura familiar e, com isso, contribuindo com ações pontuais de agroecologia em várias regiões do Brasil. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fortaleceram o consumo de alimentos agroecológicos, sobretudo nas escolas, ampliando o acesso da população a alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos (Bezerra; Schneider, 2012).

A agroecologia foi fortalecida ainda por políticas públicas e programas de governo com ênfase em práticas agrícolas sustentáveis. A criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012, foi um marco importante uma vez que estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento da agroecologia no Brasil, incentivando a produção de alimentos orgânicos, o fortalecimento da agricultura familiar e a preservação dos recursos naturais (Cenatus, 2020).

Ademais, programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) viabilizam o acesso ao crédito dos agricultores familiares, possibilitando a adoção de práticas agroecológicas. Esses programas têm a preocupação de fortalecer a produção de alimentos, emprego e reduzir a pobreza rural (Cenatus, 2020).

Também há iniciativas de extensão rural e assistência técnica que ajudam os agricultores a implementar práticas agroecológicas (Monteiro, 2021).

A agroecologia está associada à agricultura familiar, responsável por uma vasta maioria do fornecimento de alimentos no Brasil. De acordo com os dados do Censo

Agropecuário 2017, a agricultura familiar corresponde a 77% dos estabelecimentos agropecuários do país e oferece ocupação a mais de 10 milhões de pessoas. Essa agricultura representa, assim, a base de grande importância para a segurança alimentar e nutricional dos povos do Brasil (IBGE, 2017).

As famílias que atuam em agroecologia normalmente utilizam práticas de cultivo que correspondem com técnicas tradicionais e que respeitam os ciclos naturais das plantas e dos animais. Dessa forma, esse tipo de produção proporciona muito mais autonomia ao agricultor em relação ao mercado de insumos e muito mais sustentabilidade com e menos dependência de recursos externos (Altieri, 2012).

A produção agroecológica possui uma gama de benefícios que não se limitam apenas à segurança alimentar e nutricional, mas também ao que diz respeito ao social, ao cultural e ao econômico. Listam-se alguns dos principais benefícios: Preservação do solo e da água: o uso de práticas de produção sustentáveis e de práticas de rotação de culturas contribuem para a manutenção da fertilidade do solo e evitam a erosão.

A não utilização de produtos químicos preserva a qualidade da água, evitando a contaminação dos lençóis freáticos e dos rios; Saúde Pública e alimentação saudável: os alimentos produzidos agroecologicamente são isentos de produtos químicos, com conseqüente alimentação mais saudável e segura ao consumidor; Valorização da biodiversidade: a agroecologia estimula a preservação das espécies nativas, e o uso de variedades nativas aumentando a resiliência das situações produtoras, em relação às pragas e às mudanças climáticas; Diminuição da pobreza e geração de trabalho: ao favorecer a agricultura familiar, a agroecologia colabora para a geração do trabalho do meio rural e, em conseqüência, para a diminuição da pobreza; Empoderamento e fortificação das comunidades rurais: a agroecologia fortalece as comunidades rurais, estimulando o cooperativismo e a autogestão (Pimentel et al., 2023).

Não obstante os avanços, a agroecologia enfrenta desafios. O obstáculo mais expressivo é a concorrência com o agronegócio convencional, o qual se beneficia da maior assistência financeira e política, além de estar arraigado à economia do Brasil. Ademais, o acesso a crédito e assistência técnica especializada ainda é restrito para muitos pequenos produtores agrícolas (Schmitz, 2017).

Este quadro ainda carece do fortalecimento de políticas públicas e apoio de cooperativas, na busca de acesso aos mercados. No Brasil, a agroecologia tem um

potencial de crescimento, principalmente em um cenário de demanda crescente por alimentos saudáveis e sustentáveis. A sensibilização da população sobre os impactos do consumo de produtos convencionais e a preocupação com a preservação ambiental podem servir para fomentar o mercado de produtos agroecológicos (Bezerra; Schneider, 2012).

Além do mais, o Brasil dispõe de uma vasta diversidade de biomas e de saberes tradicionais, que podem ser utilizados para fortalecer a agroecologia. Iniciativas de educação ambiental e a articulação com universidades e institutos de pesquisa são fundamentais para o desenvolvimento de tecnologias e práticas inovadoras, adaptadas às necessidades e às especificidades das diversas regiões do País (Ana, 2010).

A agroecologia poderá ser um padrão mundial de produção sustentável, sobretudo com políticas públicas adequadas, apoio à agricultura familiar, apoio à pequena produção e criação de uma rede devidamente fundamentada para distribuição e comercialização (Pimentel et al., 2023).

## **2.4 MIGRAÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS SOCIAIS**

Admite-se, no entanto, poder compreender a história da migração brasileira em ondas migratórias, que emergem em diferentes contextos e que refletem mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram tanto no Brasil quanto fora de suas fronteiras geográficas (Caporal; Costabeber, 2002). Este fenômeno migratório também diz respeito a grupos étnicos e nacionais diversos, além de ser experimentado e afetado por fatores como ciclo econômico, melhoria nas condições de vida e por políticas de imigração pública (Guerra, 2016). A migração brasileira começou com a entrada dos portugueses em 1500, que impuseram o processo de colonização sob a sua política no Brasil. O primeiro grande movimento migratório foi a chegada de colonos portugueses, a qual serviu ao processo de exploração do Brasil voltada ao cultivo de cana-de-açúcar e, a seguir, o ciclo do ouro (Ana, 2010). Nos anos coloniais, os portugueses criaram e trouxeram consigo práticas e instituições que foram fundamentais para construir as bases sociais, culturais e econômicas do Brasil (Pimentel et al., 2023).

Estima-se que entre os séculos XVI e XIX, cerca de 4,5 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil, configurando o país como o maior receptor deste fluxo no comércio transatlântico de cativos africanos (Cenatus, 2020). Esse fluxo imigratório foi motivado pelo colapso do sistema escravocrata e pela carência de mão de obra barata e submissa para a expansão econômica cafeeira, principalmente no Sudeste e no Sul. No entanto, a imigração europeia trouxe também diversos grupos étnicos e culturais para o Brasil, contribuindo para o desenvolvimento da diversidade cultural brasileira, marcando as regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde muitos imigrantes se estabeleceram (Bezerra; Schneider, 2012).

A imigração no Brasil, no início da República, foi marcada por um intenso movimento de imigrantes, principalmente europeus, mas também japoneses, sírios e libaneses, sobretudo os japoneses que, a partir de 1908, passaram a chegar em grande quantidade ao Brasil com o objetivo de ajudar nas lavouras de café e, depois, estabelecer-se em outros setores da economia, como a agricultura e o comércio (Fornazier; Belik, 2013). Esse período também foi caracterizado por uma série de políticas para atrair trabalhadores estrangeiros e, ao mesmo tempo, excluir os negros e indígenas da disputa pelas oportunidades de trabalho nas cidades e no campo (Guerra, 2016). O governo estimulava o fluxo de imigrantes para fortalecer a nação e criar progresso, mas ao mesmo tempo tentava assegurar que a população brasileira fosse majoritariamente branca, reflexo das políticas raciais da época que queriam "embranquecer" a população (Cenatus, 2020).

A imigração asiática, na qual os japoneses podiam ter destaque, também foi impulsionada por acordos bilaterais entre Brasil e Japão. A chegada dos japoneses foi inicialmente voltada para as plantações de café, mas ao longo do tempo, esses imigrantes passaram a se espalhar para outras áreas do país, formando comunidades nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul (Schmitz, 2017).

A década de 1930 foi um período de grandes transformações na configuração do Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e, com isso, novas políticas econômicas e sociais que repercutiram sobre a migração interna e externa. Esse foi um período em que a industrialização começou a crescer e a migração rural para a cidade se intensificou maciçamente, sobretudo para o Sudeste e Centro-Oeste do país (Guerra, 2016). Na medida em que a urbanização se desenvolveu e o mercado de trabalho na Indústria cresceu, muitos nordestinos em particular migraram para São

Paulo e Rio de Janeiro em busca de melhores colocações de vida. Ademais, o Brasil continuou como destino de pessoas de outras nacionalidades, como as que fugiam da Segunda Guerra Mundial na Europa, assim como refugiados de outros conflitos. A postura brasileira foi uma de recepção de imigrantes, mas também de utilização de políticas de controle de fluxo de migrantes. Neste sentido, imigrantes de diferentes nacionalidades (alemães, italianos, poloneses, árabes em menor escala) continuaram a entrar no Brasil em busca de melhores condições de vida (Caporal; Costabeber, 2002).

Nas décadas de 1960 a 1980, o Brasil passou a viver um grande período de migração interna. O processo de industrialização, em especial no Sudeste e no Centro-Oeste, fez com que milhões de nordestinos e habitantes do Norte e interior do país se deslocassem para as grandes cidades em busca de emprego e melhores condições de vida (Schmitz, 2017). A migração interna foi um dos componentes centrais da urbanização e da formação das grandes cidades brasileiras. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba receberam um enorme fluxo de pessoas do campo e de outras áreas do Brasil.

A emigração internacional também se manteve, com os brasileiros deixando o país para outros lugares, principalmente os Estados Unidos, Japão e os países da Europa, em busca de melhores condições econômicas e de vida (Ana, 2010). O movimento de brasileiros para fora foi intenso nas décadas de 1980 e 1990, quando a crise econômica brasileira serviu de propulsão para a emigração. Atualmente, a migração no Brasil toma novos rostos e configurações. O país deixou de ser apenas um destino para a imigração, para contar com um fluxo apreciável de imigrantes, particularmente jovens que buscam melhores condições no exterior. Mas o Brasil continua a receber imigrantes, principalmente de países da América Latina, como Venezuela, Haiti, Paraguai e Bolívia, em virtude de crises de natureza econômica e política em seus lugares de origem (Bezerra; Schneider, 2012).

Além disso, a migratória interna continua sendo importante, com deslocamentos em busca de melhores condições nas cidades grandes e nos centros urbanos, embora se processe também a tentativa de descentralização e o estímulo ao desenvolvimento de regiões mais distantes, como são o Norte e o Centro-Oeste, por meio de projetos de infraestrutura e estímulos fiscais (Pimentel et al., 2023).

A questão da migração no Brasil é uma questão intimamente ligada ao debate sobre direitos humanos, acolhimento e integração social, questões essas que adquirem tamanho protagonismo sobretudo no contexto das discussões interpretativas sobre migração na atualidade, como no caso da migração dos refugiados e das pessoas em situação de vulnerabilidade social (Fornaizer; Belik, 2013).

A imigração no Brasil é um fenômeno complexo intimamente vinculado à construção da sociedade brasileira. Se no período colonial, com a escravidão dos africanos; no Império, com a chegada dos europeus e dos japoneses; ou nas recentes ondas migratórias, de refugiados e de emigrantes brasileiros; a imigração sempre foi uma questão central na construção da identidade e no desenvolvimento econômico e social do Brasil. O caráter multiétnico desta nação, portanto, não admite dúvida e o estudo desta temática é essencial para entender as dinâmicas da diversidade, da inclusão e os desafios da sociedade brasileira no século XXI (Cenatus, 2020).

## **2.5 INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DE MIGRANTES**

A integração social, cultural e econômica de migrantes é uma das principais questões nas discussões sobre migração, pois diz respeito à capacidade dos migrantes de se adaptar e participar nas sociedades de acolhimento e à capacidade destas sociedades de adaptar suas políticas e instituições e sua estrutura social para acolher os novos membros (Guerra, 2016). A migração é um fenômeno complexo, e a integração não ocorre de forma linear ou automática. É um fenômeno interdependente e multifacetado, que envolve a combinação de fatores, tanto das partes dos migrantes quanto das sociedades receptoras, e envolve questões que são, ao mesmo tempo, econômicas, sociais, políticas e culturais (Pimentel et al., 2023).

O caso do Brasil, com sua longa história de imigração e diversidade, é relevante para estudar a integração dos migrantes nos últimos anos (Caporal; Costabeber, 2002). A chegada de migrantes de várias origens, como refugiados venezuelanos, haitianos, africanos e outros imigrantes da América Latina, oferece um contexto valioso para a análise de como as políticas públicas podem criar a integração através de práticas sustentáveis e agroecologia, como exemplificado na Fazenda de

Solidariedade em Campo Magro, onde essas questões são feitas de forma prática (Cenatus, 2020).

A integração social, cultural e econômica de migrantes é uma das principais questões nas discussões sobre migração, sobretudo no contexto das políticas públicas que visam a integração socioeconômica através de práticas como a agroecologia (Bezerra; Schneider, 2012). Essas políticas dizem respeito à capacidade dos migrantes de se adaptar e participar nas sociedades de acolhimento, bem como à capacidade dessas sociedades de adaptar suas políticas, instituições e estrutura social para incluir os novos membros, como demonstrado nos relatórios de atividades da UCEPH e nas iniciativas descritas no capítulo de Cenatus sobre agroecologia (Cenatus, 2020).

Por exemplo, os refugiados ou imigrantes em situação irregular, podem não conseguir formalizar os contratos de trabalho. Para aqueles com competência específica, como os profissionais qualificados, a integração pode ser mais fácil, no entanto, há uma série de barreiras a vencer, como a validação do diploma estrangeiro e a adaptação às normas locais. E para os trabalhadores migrantes não qualificados, as oportunidades de trabalho podem ser limitadas a segmentos informais ou trabalhos de baixa qualidade que podem implicar condições de trabalho precárias (Schmitz, 2017).

De outra parte, em várias economias, os migrantes preenchem as lacunas no mercado de trabalho que os trabalhadores nativos não desejam ocupar, como o setor da construção civil, agricultura, serviços de limpeza, cuidado de idosos, e outros serviços essenciais (Fornazier; Belik, 2013). Esses setores e outros que dependem dos trabalhadores migrantes, têm um papel essencial na economia de vários países.

Outro aspecto importante em relação à integração socioeconômica é o acesso aos serviços públicos, como saúde, educação, moradia e assistência social. Para muitos migrantes, sobretudo aqueles em condição irregular ou status de refugiado, o acesso a esses serviços pode ser limitado ou atribuído às políticas públicas específicas que buscam garantir rede de proteção social para populações vulneráveis (Silva; Santos, 2014).

No Brasil, por exemplo, a Constituição Federal assegura universais direitos à saúde e à educação, as quais favorecem a inserção dos migrantes a partir em diversas áreas (Ana, 2010). O sistema de saúde, entretanto, pode ter dificuldade de atender a

um numeroso contingente advindo de diversas nacionalidades e a nenhum desafio vem a ser, por certo, a barreira de idioma que se coloca, tanto para os migrantes, como para os profissionais das áreas da saúde (Bezerra; Schneider, 2012).

Quanto à educação, os filhos dos migrantes podem deparar-se com as dificuldades da adaptação aos filhos dos migrantes, seja pela diferença de língua ou pelo quadro curricular do país (Guerra, 2016). O que se diz da inserção, se diz também, no entanto, da inserção da habitação, em virtude de sua importância para a inserção socioeconômica dos migrantes. As metrópoles, em especial as capitais, têm vivido um crescimento progressivo da demanda por moradia, tornando difícil para os migrantes o seu acesso ao habitar qualificado e de custo razoável. Visto que muitos deles acabam se instalando nas periferias das cidades, as quais, como regra, além de seus custos acessíveis, se caracteriza, mesmo usualmente, pela sua pouca infraestrutura e serviços públicos adequados (Cenatus, 2020).

O acesso à habitação, ainda, é vinculado com o acesso à inclusão social, pois a localização dos migrantes e a qualidade de suas condições influencia a formalização com a comunidade local e suas condições de integração. A inserção cultural dos migrantes diz respeito às condições em que os migrantes devem se adaptar aos valores, normas e práticas culturais do país de acolhimento, mas também às condições pelas quais devem ser aceitas e apreciadas as suas culturas (Fornazier; Belik, 2013).

O conceito de integração cultural nega a assimilação, entendido como uma assimilação forçada em que o migrante se despoja da sua própria identidade cultural e torna-se integrado ao país de acolhimento, mas pelo contrário - trata-se da construção de um ambiente plural - onde culturas distintas coabitam com a diversidade, interagindo e se enriquecendo (Caporal; Costabeber, 2002).

## **2.6 ESPAÇO DE PRODUÇÃO/CAPACITAÇÃO**

A integração social, cultural e econômica de migrantes é uma das principais questões nas discussões sobre migração, pois diz respeito à capacidade dos migrantes de se adaptar e participar nas sociedades de acolhimento e à capacidade dessas sociedades de adaptar suas políticas e instituições e sua estrutura social para acolher os novos membros (Guerra, 2016). A migração é um fenômeno complexo, e

a integração não ocorre de forma linear ou automática. É um fenômeno interdependente e multifacetado, que envolve a combinação de fatores, tanto das partes dos migrantes quanto das sociedades receptoras, e envolve questões que são, ao mesmo tempo, econômicas, sociais, políticas e culturais (Pimentel et al., 2023).

O caso do Brasil, com sua longa história de imigração e diversidade, é relevante para estudar a integração dos migrantes nos últimos anos (Caporal; Costabeber, 2002). A chegada de migrantes de várias origens, como refugiados venezuelanos, haitianos, africanos e outros imigrantes da América Latina, oferece um contexto valioso para a análise de como as políticas públicas podem criar a integração através de práticas sustentáveis e agroecologia, como exemplificado na Fazenda de Solidariedade em Campo Magro, onde essas questões são feitas de forma prática (Cenatus, 2020).

A integração social, cultural e econômica de migrantes é uma das principais questões nas discussões sobre migração, sobretudo no contexto das políticas públicas que visam a integração socioeconômica através de práticas como a agroecologia (Bezerra; Schneider, 2012). Essas políticas dizem respeito à capacidade dos migrantes de se adaptar e participar nas sociedades de acolhimento, bem como à capacidade dessas sociedades de adaptar suas políticas, instituições e estrutura social para incluir os novos membros, como demonstrado nos relatórios de atividades da UCEPH e nas iniciativas descritas no capítulo de Cenatus sobre agroecologia (Cenatus, 2020).

Por exemplo, os refugiados ou imigrantes em situação irregular, podem não conseguir formalizar os contratos de trabalho. Para aqueles com competência específica, como os profissionais qualificados, a integração pode ser mais fácil, no entanto, há uma série de barreiras a vencer, como a validação do diploma estrangeiro e a adaptação às normas locais. E para os trabalhadores migrantes não qualificados, as oportunidades de trabalho podem ser limitadas a segmentos informais ou trabalhos de baixa qualidade que podem implicar condições de trabalho precárias (Schmitz, 2017).

De outra parte, em várias economias, os migrantes preenchem as lacunas no mercado de trabalho que os trabalhadores nativos não desejam ocupar, como o setor da construção civil, agricultura, serviços de limpeza, cuidado de idosos, e outros serviços essenciais. Esses setores e outros que dependem dos trabalhadores

migrantes, têm um papel essencial na economia de vários países (Brym; Reeve, 2016).

Outro aspecto importante em relação à integração socioeconômica é o acesso aos serviços públicos, como saúde, educação, moradia e assistência social. Para muitos migrantes, sobretudo aqueles em condição irregular ou status de refugiado, o acesso a esses serviços pode ser limitado ou atribuído às políticas públicas específicas que buscam garantir rede de proteção social para populações vulneráveis (Ana, 2010).

No Brasil, por exemplo, a Constituição Federal assegura universais direitos à saúde e à educação, as quais favorecem a inserção dos migrantes a partir em diversas áreas. O sistema de saúde, entretanto, pode ter dificuldade de atender a um numeroso contingente advindo de diversas nacionalidades e a nenhum desafio vem a ser, por certo, a barreira de idioma que se coloca, tanto para os migrantes, como para os profissionais das áreas da saúde (Guzmán; Molina, 2005).

Quanto à educação, os filhos dos migrantes podem deparar-se com as dificuldades da adaptação aos filhos dos migrantes, seja pela diferença de língua ou pelo quadro curricular do país (Schmitz, 2017). O que se diz da inserção, se diz também, no entanto, da inserção da habitação, em virtude de sua importância para a inserção socioeconômica dos migrantes. As metrópoles, em especial as capitais, têm vivido um crescimento progressivo da demanda por moradia, tornando difícil para os migrantes o seu acesso ao habitar qualificado e de custo razoável. Visto que muitos deles acabam se instalando nas periferias das cidades, as quais, como regra, além de seus custos acessíveis, se caracteriza, mesmo usualmente, pela sua pouca infraestrutura e serviços públicos adequados (Pimentel et al., 2023).

O acesso à habitação, ainda, é vinculado com o acesso à inclusão social, pois a localização dos migrantes e a qualidade de suas condições influencia a formalização com a comunidade local e suas condições de integração. A inserção cultural dos migrantes diz respeito às condições em que os migrantes devem se adaptar aos valores, normas e práticas culturais do país de acolhimento, mas também às condições pelas quais devem ser aceitas e apreciadas as suas culturas (CIDSE, 2018).

O conceito de integração cultural nega a assimilação, entendido como uma assimilação forçada em que o migrante se despoja da sua própria identidade cultural

e torna-se integrado ao país de acolhimento, mas pelo contrário - trata-se da construção de um ambiente plural - onde culturas distintas coabitam com a diversidade, interagindo e se enriquecendo (Caporal; Costabeber, 2002).

## **2.7 PÚBLICO BENEFICIÁRIO**

Historicamente, o Brasil se configurou como um destino relevante para migrantes, devido à sua localização estratégica e ao histórico de políticas públicas de acolhimento. Como ilustrado em relatórios de iniciativas como a UCEPH (Cenatus, 2024), o país tem se tornado um ponto de recepção para migrantes, incluindo aqueles de Venezuela, Haiti e outros países da América Latina e da África. O fluxo migratório, em termos gerais, se intensificou nos últimos anos e tem como principais características o aumento do número de migrantes venezuelanos, haitianos e de outros grupos de países da América Latina e da África (IBGE, 2017).

Para que os migrantes se integrem plenamente na sociedade brasileira de maneira sustentável, políticas públicas são essenciais, como as que incentivam a integração no mercado de trabalho e a participação em práticas de agroecologia, conforme exemplificado pela experiência da UCEPH (Cenatus, 2020). A agroecologia, como modelo de produção sustentável e inclusivo, representa uma alternativa eficaz para a integração de migrantes, oferecendo trabalho e renda, ao mesmo tempo que fortalece o pertencimento social e cultural dos migrantes, como ilustrado nos projetos agroecológicos da UCEPH (Cenatus, 2024).

Ela pode se apresentar nas políticas públicas para migrantes no Brasil, como uma alternativa que articula desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social (Bezerra; Schneider, 2012). O público-alvo da agroecologia, conforme a experiência de Campo Magro, deve ser concebido de forma abrangente, incluindo migrantes, suas famílias e comunidades. Este público deve ser considerado com base nas necessidades específicas e no potencial de adaptação aos desafios da inclusão social e econômica, como ilustrado nas ações da UCEPH (Cenatus, 2024). Este texto visa examinar detalhadamente o conceito de público-alvo da agroecologia enquanto proposta de políticas públicas, priorizando a importância de uma abordagem integrada que considere as dimensões socioeconômicas, culturais e ambientais da população migrante no Brasil (Altieri, 2012).

A agroecologia, como ilustrado nos projetos relatados pela UCEPH (Cenatus, 2020), se configura como uma alternativa que respeita os ciclos naturais, conserva a biodiversidade e valoriza saberes tradicionais e locais, fundamentais para a inclusão social e fortalecimento dos migrantes. A agroecologia pode ser uma alternativa tanto para a sua inserção no mercado de trabalho como para o fortalecimento de suas identidades culturais e sociais (Bezerra; Schneider, 2012). Mas, para que se desenvolvam e se implementem políticas públicas para a agroecologia, é necessária uma definição clara de público que elas intencionam beneficiar e das suas especificidades sociais e econômicas para assegurar a eficácia e a inclusão das ações (Caporal; Costabeber, 2002).

O público beneficiário da agroecologia poderá ser entendido como aqueles grupos e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, mas que são, ao mesmo tempo, capazes de contribuir para a sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção agroecológica (Pimentel et al., 2023). E este público, especificamente para o caso dos migrantes, é ainda mais diversificado, visto que os migrantes não têm apenas a demanda material (moradia, alimentação, emprego), mas também passam por desafios que se relacionam com cultura, com língua, com educação e até mesmo com documentação (Guerra, 2016).

Portanto, as políticas públicas para a agroecologia precisam ter em conta essas várias dimensões de vulnerabilidade, mas também as capacidades dos migrantes de dar a volta, transformando-as em oportunidades de desenvolvimento. A definição de público beneficiário no âmbito das políticas de agroecologia deve ter em conta variáveis e necessidades específicas dos migrantes (Schmitz, 2017). Em seguida, discutiremos algumas dessas características e como elas se vinculam genericamente à proposta de políticas públicas de agroecologia (IPES-Food, 2015).

Os migrantes, como os venezuelanos e haitianos, não raro provenientes de crises políticas e econômicas, enfrentam vulnerabilidade social e econômica. No entanto, como mostrado em projetos agroecológicos descritos pela UCEPH (Cenatus, 2024) e no capítulo de Cenatus (2020), essas populações possuem grande potencial para contribuir com a agroecologia, superando dificuldades econômicas e culturais (Bezerra; Schneider, 2012).

Muitos deles encontram dificuldades para acessar mercados de trabalho formais, educação e outros serviços essenciais. A agroecologia, conforme abordado

em iniciativas e estudos de caso apresentados na UCEPH (Cenatus, 2020) e no capítulo de Cenatus (2020) sobre agroecologia, pode ser definida como um campo interdisciplinar que integra desenvolvimento sustentável, justiça social e integração. As políticas públicas devem, conseqüentemente, assegurar que os migrantes acessem recursos como crédito rural, assistência técnica e orientação para a formação de cooperativas e associações (Caporal; Costabeber, 2002).

Programas de apoio à agroecologia, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), podem atuar na edificação de uma rede de suporte econômico e de mercado para os migrantes que estão engajados na produção agroecológica (Guerra, 2016). Um desafio para os migrantes diz respeito ao acesso à terra e à infraestrutura necessária para a produção agroecológica (Bezerra; Schneider, 2012).

No Brasil, a concentração fundiária é um problema estrutural, e o acesso à terra para pequenos agricultores, sobretudo migrantes, é frequentemente dificultado (IBGE, 2017). No entanto, programas como a reforma agrária e políticas de acesso à terra para agroecologia, descritas no relatório da UCEPH (Cenatus, 2024), têm sido fundamentais para superar essas barreiras e permitir que os migrantes estabeleçam projetos agroecológicos sustentáveis (Cenatus, 2020). As políticas públicas devem assegurar que os migrantes tenham acesso à terra para cultivo, seja através de programas de reforma agrária ou pela concessão de terras públicas para pequenos projetos de produção agroecológica (Pimentel et al., 2023).

Além do mais, políticas para agroecologia devem incluir a criação de infraestrutura básica como sistemas de irrigação, armazenamento e transporte de alimentos, para que a comercialização da produção agroecológica aconteça de forma eficiente (Altieri, 2012).

A capacitação técnica constitui um dos elementos essenciais para garantir que os migrantes possam se inserir de maneira produtiva no sistema agroecológico (Silva; Santos, 2014). Para tanto, as políticas públicas precisam disponibilizar cursos e treinamentos com foco na capacitação técnica, no cultivo agroecológico, manejo sustentável do solo e das águas, produção de sementes crioulas, entre outros (Monteiro, 2021).

Por outra parte, a capacitação em gestão de negócios, cooperativismo e acesso ao mercado deve estar presente com o intuito de garantir a comercialização e

rentabilidade de suas produções. As capacitações devem ser oferecidas de forma inclusiva, respeitando as barreiras linguísticas, culturais e educacionais que os migrantes enfrentam (Schmitz, 2017).

Oferecer formação bilíngue e os treinamentos contextualizados nas especificidades de cada grupo migrante são uma forma de incrementar a eficácia e acessibilidade das políticas públicas (Altieri, 2012). A integração dos migrantes no contexto produtivo agroecológico exige a implementação de uma série de políticas públicas que visem atender às necessidades deles e maximizar seu potencial como agentes de transformação social e econômica (Cenatus, 2020).

Algumas das principais ações e políticas públicas que podem (ou devem) ser implementadas incluem: Apoio à formação/capacitação: Programas de assistência técnica e extensão rural (Ater) devem ser ampliados para incluir migrantes, disponibilizando informações sobre produção agroecológica, técnicas de cultivo sustentável e organização produtiva (Altieri; Nicholis, 2005). Além disso, a criação dos centros de capacitação para migrantes pode contribuir para a inserção deles no mercado agroecológico (Pimentel et al., 2023).

Acesso à Terra e Crédito Rural: A concessão de terras públicas para cultivo agroecológico e a criação de mecanismos de crédito rural solidário são fundamentais para garantir que os migrantes consigam implementar suas produções (Caporal; Costabeber, 2002). A ampliação de programas como a reforma agrária, que institucionalmente distribuem terras para aqueles que dependem da agricultura para sua subsistência, deve contemplar os migrantes como beneficiários (Guerra, 2016).

Para que os migrantes consigam garantir a sua sobrevivência a partir da produção agroecológica, as políticas públicas devem criar mecanismos para o escoamento da produção. O apoio às feiras agroecológicas, cooperativas e redes de comercialização de produtos agroecológicos pode garantir ao migrante o acesso direto ao mercado sem a dependência dos intermediários (Pimentel et al., 2023).

As políticas públicas devem ir além do apoio técnico e econômico, devendo ser também inclusivas na sua dimensão social e cultural. Isso implica garantir o acesso à saúde, à educação e aos serviços de assistência social e garantir a convivência e o respeito à diversidade cultural, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Ana, 2010). O conceito de público beneficiário da produção agroecológica, voltado ao migrante no Brasil, deve ser pensado de forma ampla e

integrada, levando em consideração tanto as necessidades materiais quanto a ordem cultural, social e emocional desta população (Bezerra; Schneider, 2012).

As políticas públicas voltadas para a agroecologia importam neste processo, garantindo capacitação, acesso à terra, financiamento e redes de comercialização (Fornazier; Belik, 2013). Porém, para que estas políticas apresentem sucesso, é fundamental que sejam respeitadas na complexidade e na diversidade do público migrante, respeitando suas especificidades de forma justa e equitativa (Cenatus, 2020).

## **2.8 REGIÃO DE CAMPO MAGRO**

Uma ação desenvolvida pela União das Comunidades, Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH), conforme relatado no relatório da UCEPH (2020), exemplifica a atuação em Campo Magro, no Paraná, onde se encontra a Fazenda de Solidariedade. Este espaço, que ficou desocupado desde 2009, foi recentemente reocupado e popularmente renomeado como 'Vila Nova Esperança', uma iniciativa documentada em relatórios de projetos de integração de migrantes (UCEPH, 2020).

Antes do abandono, a área de 42 alqueires era utilizada para acolher dependentes químicos e pessoas em situação de rua, sob a gestão da Fundação de Assistência Social (FAS) de Curitiba. No local, eram realizadas atividades como agricultura, marcenaria, criação de suínos, panificação, fitoterapia e musicoterapia, entre outras (Cenatus, 2020).

A prefeitura de Curitiba, no entanto, decidiu descontinuar o projeto, alegando que os custos de manutenção eram elevados e ressaltando que a fazenda se situa em outro município. Nos últimos anos, discutiu-se a possibilidade de transformar a área em um espaço de lazer para Campo Magro, com várias reuniões entre as administrações municipais, mas nenhuma decisão foi concretizada. Finalmente, em 2012, a prefeitura de Curitiba transferiu a propriedade ao Governo do Estado. Assim como as prefeituras, o Estado também não apresentou um plano para o uso daquela área, que permaneceu sem cuidados (Fornazier; Belik, 2013).

Como um coletivo de migrantes estruturados, após a identificação de migrantes no local, nossa prioridade ao chegarmos à 'Vila Nova Esperança' foi mapear as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos e o número de imigrantes necessitando

de assistência, como descrito nas ações da UCEPH (2020). Logo, percebemos que algumas pessoas já estavam há mais de três meses por conta da busca por um lote, passando a noite em um abrigo na esperança de que uma família desistisse de seu terreno, o que não acontece frequentemente, já que todos estão batalhando por seu próprio espaço (Pimentel et al., 2023).

A maioria dos imigrantes enfrenta dificuldades para conseguir emprego formal, o que os obriga a aceitar trabalhos informais e precários, com baixos salários e sem direitos trabalhistas. Muitas vezes o salário que recebem não cobre despesas básicas, como aluguel. Para aqueles que deixaram as suas famílias para trás nos seus países de origem, existe um desespero total. Uma das dificuldades mais comuns relatadas pelos migrantes é a falta de documentação, o que dificulta a regularização de sua residência e o acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Esse problema é documentado na experiência do caso de Campo Magro, conforme relatado no relatório da UCEPH (2020).

Muitos imigrantes não conseguem atendimento médico adequado e seus filhos enfrentam dificuldades para ingressar nas escolas. Fora outra gama de discriminação sofrida por estes indivíduos e a xenofobia. O preconceito e a intolerância dificultam ainda mais a sua integração na sociedade brasileira (Bezerra; Schneider, 2012). A Polícia atua no processo de regularização dos imigrantes, mas, como evidenciado nos relatórios da UCEPH, políticas públicas mais eficazes são necessárias para garantir a integração social e o acesso aos direitos dos migrantes, sobretudo em contextos como o de Campo Magro (Uceph, 2020).

Neste contexto, a União das Comunidades, Estudantes e Profissionais Haitianos (Uceph) foi fundada em 2018 por estudantes imigrantes e refugiados da Universidade Federal do Paraná com o apoio da Política Migratória e do Programa Universidade Brasileira (Pmub), com o objetivo de garantir e participar de ações e políticas de coordenação de imigração do Pmub, servindo também como ponte entre os futuros profissionais haitianos e outros imigrantes da comunidade, auxiliando-os na sociedade (Cenatus, 2020).

Nossa primeira ação foi montar um grupo de ações voluntárias, esse grupo procurou levantar todos os domicílios que necessitavam de assistência social, seja roupas, alimentos, produtos de limpeza e higiene, entre outros. Um dos maiores desafios foi ver o que poderia ser feito, enquanto os imigrantes organizados, usando

a teoria e reunindo a experiência de todos para mudar a situação. Importante ressaltar que para a criação do grupo, houve uma consulta prévia intersetorial e interdisciplinar na UFPR, incluindo diferentes grupos de pesquisas sobre a temática migratória (Pimentel et al., 2023).

Os grupos são compostos de professores, sobretudo das áreas de direito e psicologia, de departamentos de letras, técnicos e alunos das ciências agrárias com seus projetos interculturais e promocionais, prestando assistência jurídica aos imigrantes, abrindo um verdadeiro caminho ao desenvolvimento dos imigrantes. No caminho da integração social e para lhes proporcionar a oportunidade de cursar o ensino superior, eles sempre buscam atendimento na Sala PMUB (Sala 28) da UFPR (Neto; Dal Soglio, 2022).

A ocupação da região metropolitana de Campo Magro muitas vezes pareceu uma salvação, principalmente durante a pandemia. Em vez de se tornar um problema para a sociedade, há 1.000 famílias aqui que procuram novas casas, acesso à sua própria terra e uma vida digna. Supondo que haja 5 pessoas em cada domicílio, em média, há aproximadamente 5.000 pessoas no espaço. O debate sobre a descentralização e a sua importância em países continentais como Brasil, Canadá, China, Estados Unidos e Rússia é importante para o desenvolvimento territorial destes países (Brym; Reeve, 2016). Pode-se dizer que este tipo de descentralização não é apenas uma descentralização geográfica, mas também uma descentralização local. Isto é também a descentralização dos serviços globais de desenvolvimento e da colaboração na região, permitindo uma melhor gestão e alocação de vários recursos.

Ser capaz de gerir isto é muito positivo, mas gerir os recursos desta aliança entre a população de uma forma centralizada é necessário e impossível. A descentralização permite que as necessidades locais sejam satisfeitas de forma mais rápida, fácil e adequada. Além de considerar a ocupação como forma de integração sociocultural e econômica, também serve como etapa executiva para a implementação do artigo 5º, artigo XXIII da Constituição Brasileira. Outra vantagem para o município de Campo Magro é a proposta legal baseada no fim ou extinção dos municípios com população inferior a 5 mil pessoas. Campo Magro é grande em tamanho se comparada a outras cidades, mas seu número de aproximadamente 25 mil moradores faz com que a cidade seja considerada uma cidade pequena, afinal, para essa população, uma cidade abrange uma área de 27.500 hectares (ou seja, 275

quilômetros quadrados) a cidade tem espaço para desenvolvimento (Guzmán; Molina, 2005).

Observações e anotações foram feitas pela equipe da União de Comunidades, Estudantes e Profissionais do Haiti (Uceph) e conclui-se que, para cada dez (10) lotes no local, quatro (4) deles naquele momento pertencem a pessoas de nacionalidades diferentes como cubanos, venezuelanos, africanos e principalmente haitianos. A partir disso, podemos dizer que relativamente metade do espaço é ocupado por hipotecas de imigrantes. Outro aspecto importante é que de cada 10 (dez) imigrantes conversando, 7 (sete) eram recém-chegados ao Brasil, com ensino superior completo ou incompleto, mas não falavam português, não trabalhavam, não trabalhavam. Eles não têm fonte de renda e, para complicar, estão sem documentos, pois foram pessoas que entraram pela fronteira de Roraima em 2019, por isso não conseguem receber o auxílio emergencial do governo federal (Cenatus, 2020).

Uma nova vida em meio à ocupação. Neste local, diferentes povos se encontram, provenientes de várias nações, incluindo alguns da África, da Venezuela e, principalmente, da República do Haiti. Essas pessoas, sem lar, buscam incansavelmente um meio de garantir sua sobrevivência e de oferecer abrigo à sua família na sociedade (Bezerra; Schneider, 2012). Na entrada da ocupação, os imigrantes haitianos estão implementando um projeto de horta comunitária, que não só se tornará um cartão postal da ocupação, mas também um espaço produtivo para fornecer alimentos saudáveis cultivados pela própria comunidade (Pimentel et al., 2023).

A equipe responsável pela horta é composta por estudantes do curso de Agronomia que ingressaram na Universidade Federal do Paraná com o suporte do PMUB. O objetivo do grupo é apoiar todas as famílias da vila, oferecendo formação contínua e ensinando-as a se desenvolver de maneira sustentável (Neto; Dal Soglio, 2022).

## **2.9 Um Estudo de Caso sobre a Implementação da Agroecologia como Estratégia de Inclusão Socioeconômica e Cultural de Migrantes**

O caso específico de Campo Magro, no Paraná, oferece uma demonstração prática de como a produção à base ecológica pode ser utilizada como ferramenta para

a integração socioeconômica e cultural de migrantes no Brasil. A região, que tem sido um ponto de acolhimento para imigrantes, principalmente haitianos e venezuelanos, se configura como um exemplo de implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão através de práticas agrícolas sustentáveis (UCEPH, 2020).

A União das Comunidades, Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH) é fundamental neste processo, conforme relatado no relatório de atividades da organização (UCEPH, 2020), e as práticas de agroecologia documentadas por Cenatus (2020) mostram como essa abordagem pode ser eficaz para criar a sustentabilidade, inclusão social e o fortalecimento das comunidades locais.

Para os migrantes, foi visto Campo Magro como uma área de grande potencial para a implantação de iniciativas de agroecologia, dada a sua localização e características geográficas. A região abriga um projeto conhecido como a Fazenda de Solidariedade, um espaço de 42 alqueires que, após o abandono em 2009, foi retomada e renomeada como "Vila Nova Esperança". Este projeto, que historicamente foi utilizado para acolher dependentes químicos e pessoas em situação de rua, passou a ser um local de refúgio para migrantes, sobretudo haitianos, venezuelanos e outros grupos de países da América Latina e da África (Cenatus, 2020).

No entanto, a falta de planejamento adequado por parte das autoridades municipais e estaduais resultou na negligência do espaço até que a UCEPH e outros coletivos de migrantes se organizaram naquele momento para reverter essa situação, buscando identificar as necessidades básicas dessas comunidades e implementar soluções de acolhimento (UCEPH, 2020).

Segundo o relatório de atividades da UCEPH (2020), ao chegar à Vila Nova Esperança, a prioridade foi identificar as dificuldades enfrentadas pelos migrantes, como a busca por lotes, dificuldades de emprego formal e a falta de documentação, que limitam o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. A presença de migrantes recém-chegados, em sua maioria sem emprego, sem documentação e sem acesso a serviços básicos, foi uma realidade comum, conforme descrito nas observações da UCEPH (2020).

A agroecologia tem se mostrado uma alternativa eficaz para a inclusão socioeconômica dos migrantes em Campo Magro. A UCEPH e outros grupos têm implementado práticas agroecológicas como uma forma de inserção no mercado de trabalho e de fortalecimento da identidade cultural. A criação de uma horta comunitária

pelos migrantes haitianos, com apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é um exemplo claro de como a agroecologia pode ser usada para melhorar as condições de vida dos migrantes, oferecendo tanto segurança alimentar quanto a oportunidade de gerar renda de maneira sustentável (UCEPH, 2020).

A agroecologia oferece aos migrantes a oportunidade de se tornarem agentes de mudança em suas próprias comunidades (Cenatus, 2020). A produção de alimentos sustentáveis permite que os migrantes se integrem ao mercado local, ao mesmo tempo que fortalece o vínculo com a comunidade ao seu redor.

Embora a agroecologia ofereça oportunidades valiosas, os migrantes em Campo Magro ainda enfrentam grandes desafios. A dificuldade de acesso à terra, a falta de documentação e a exclusão social são barreiras que limitam o impacto da agroecologia como estratégia de inclusão. A UCEPH (2024) destacou a dificuldade dos migrantes em conseguir empregos formais e a dependência de trabalhos informais, muitas vezes sem garantias trabalhistas. Além disso, a falta de acesso a crédito rural e a infraestrutura necessária para a produção agroecológica são questões que exigem atenção urgente.

No entanto, a agroecologia também traz oportunidades (Cenatus, 2020). Além de criar a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, ela oferece um caminho para a criação de mercados locais sustentáveis e a construção de redes de cooperação entre migrantes e a comunidade. A capacitação em agroecologia e o apoio a iniciativas como cooperativas agroecológicas podem ajudar os migrantes a superar a falta de recursos e aumentar sua autonomia.

A experiência de Campo Magro demonstra como a agroecologia pode ser uma ferramenta poderosa para a inclusão socioeconômica e cultural de migrantes no Brasil. As iniciativas implementadas pela UCEPH e a parceria com a UFPR têm contribuído para a melhoria das condições de vida dos migrantes e para o fortalecimento da comunidade. No entanto, para que essas iniciativas tenham um impacto duradouro, é fundamental que as políticas públicas sejam aprimoradas, sobretudo no que diz respeito ao acesso à terra, ao crédito rural e à capacitação técnica.

A agroecologia, quando integrada a políticas públicas que garantam o acesso a recursos, assistência técnica e comercialização de produtos, pode oferecer aos migrantes em Campo Magro uma chance real de integração e desenvolvimento

sustentável. A continuidade de iniciativas como a horta comunitária e a criação de cooperativas agroecológicas pode ser importante para garantir o sucesso dessas políticas de inclusão (UCEPH, 2020).

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A metodologia dessa pesquisa é qualitativa, e teve como principal objetivo analisar e sintetizar os estudos existentes sobre a agroecologia como estratégia de políticas públicas, com ênfase na integração socioeconômica e cultural de migrantes. A pesquisa combinou uma revisão bibliográfica com um estudo de caso focado na experiência de Campo Magro, Paraná, uma região onde a União das Comunidades, Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH) tem implementado práticas de integração através da agroecologia (Uceph, 2024).

A revisão bibliográfica, que foi realizada para explorar as Políticas Públicas em Agroecologia no Brasil, abordou as políticas existentes que incentivam a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável (Fornazier; Belik, 2013). Além disso, a pesquisa investigou os desafios enfrentados pelos migrantes no Brasil, sobretudo no contexto rural, e o papel da agroecologia na integração socioeconômica e cultural desses migrantes. A revisão também procurou entender como a agroecologia pode criar laços sociais e inclusão, fortalecendo a identidade cultural dos migrantes, conforme abordado nas fontes analisadas, incluindo o relatório da UCEPH (2024) e a pesquisa de Cenatus (2020).

No entanto, a abordagem adotada foi além da revisão bibliográfica e incluiu um estudo de caso empírico, baseado em dados recolhidos pela UCEPH sobre a situação em Campo Magro. Este estudo de caso teve como foco a implementação de práticas agroecológicas e o impacto dessas práticas na integração de migrantes, sobretudo haitianos e venezuelanos, no contexto local. O estudo de caso permitiu uma análise mais profunda dos desafios e das soluções concretas que surgem quando migrantes se envolvem com a produção agroecológica, além de trazer à tona as especificidades das políticas públicas que podem apoiar ou dificultar essa integração (Cenatus, 2020).

A análise dos dados no estudo de caso foi complementada com a revisão bibliográfica, permitindo a articulação entre a teoria e a prática. A metodologia foi, portanto, baseada em fontes secundárias, como documentos de organizações como

a UCEPH (2024) e o estudo de Cenatus (2020), que descrevem a implementação de políticas de agroecologia e seu impacto na inclusão de migrantes. Não foram realizados dados primários, como entrevistas ou observações diretas, o que limitou a coleta de informações de campo, mas o estudo de caso ainda permitiu um entendimento detalhado da aplicação prática da agroecologia como proposta de política pública.

O estudo de caso em Campo Magro, que inclui a experiência com a "Vila Nova Esperança" e o uso de terras para a implementação de práticas agroecológicas, foi fundamental para entender como políticas públicas de agroecologia podem ser aplicadas na prática e como elas podem influenciar a integração dos migrantes. A análise de documentos e relatórios sobre o caso permitiu identificar desafios como o acesso à terra, à infraestrutura básica e ao crédito rural, além de evidenciar a necessidade de políticas públicas mais eficazes para garantir que os migrantes possam acessar os recursos necessários para se estabelecer de forma sustentável (Uceph, 2020).

Com base no levantamento de evidências da revisão bibliográfica e do estudo de caso, a pesquisa propõe recomendações para a formulação de políticas públicas inclusivas que incentivem a produção agroecológica como uma via para o fortalecimento econômico e a valorização cultural dos migrantes, apoiando sua inserção na sociedade brasileira de forma sustentável (Cenatus, 2020; Uceph, 2024).

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Ao realizar o levantamento de dados, observou-se a grande dificuldade de se realizar um estudo de revisão bibliográfica, pois os dados se mostraram pífios, sobretudo quando restringimos o papel dos migrantes e suas relações com a agroecologia.

Um dos resultados-chave foi a possibilidade de o desenvolvimento da produção agroecológica servir como um espaço inclusivo para a integração dos migrantes. A agroecologia, ao valorizar as práticas tradicionais e locais, permite que os migrantes se envolvam em um processo de troca cultural e aproveitem seus conhecimentos agrícolas e suas práticas de cultivo. Essa possibilidade ajuda a preservar a identidade dos migrantes enquanto os integra socialmente, ao oferecer trabalho e renda e

respeitar suas particularidades culturais. Outro ponto relevante refere-se ao modo como a produção agroecológica estimula a economia local.

A agroecologia, geralmente, é efetuada por pequenas propriedades e pela agricultura familiar, favorecendo a formação de redes locais, tanto de produção como de consumo. Quando os migrantes participam dessas redes, eles têm a possibilidade de encontrar liberdade econômica, e também de contribuir para o dinamismo da economia local pelo valor agregado que é proporcionado pelas práticas agrícolas e pelos produtos, que têm forte apelo em nichos de mercado voltados para o consumo consciente.

Os resultados indicam que a produção agroecológica ajuda a criar a segurança alimentar, o que proporciona benefícios para as comunidades locais e para os migrantes no acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis. Este aspecto vai se tornando mais relevante em regiões com alta concentração de migrantes, onde a segurança alimentar representa um desafio. Além disso, as práticas sustentáveis, como a rotação de culturas e o uso mínimo de insumos químicos, resultam na preservação dos recursos naturais, permitindo assim um desenvolvimento que respeita os limites ambientais e atende as necessidades dessas gerações futuras.

Os resultados obtidos evidenciam que a produção agroecológica pode servir como apoio a políticas públicas inclusivas, as quais não se atendem no aspecto econômico, como também, no aspecto cultural e social. Ao propor políticas que assegurem a capacitação, o acesso ao crédito e a infraestrutura para migrantes nas comunidades rurais, os resultados demonstram que é possível criar a integração desses grupos e contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Ainda podem, estas políticas, priorizar a formação de cooperativas e redes de produção para apoiar na comercialização e distribuição dos produtos agroecológicos, assegurando que os migrantes obtenham autonomia econômica. Entretanto, apesar dos benefícios indicados nos resultados, também foram identificados importantes desafios, como a insuficiência de infraestrutura e a carência de assistência técnica em muitas regiões, o que prejudica a expansão da produção agroecológica.

A concorrência com o agronegócio convencional e a dificuldade em obter financiamento são dificuldades recorrentes que são enfrentadas pelos agricultores, sobretudo pelos migrantes que estão em processo de adaptação. Esses desafios indicam que as políticas públicas devem também aferir a institucionalização dos

instrumentos de apoio financeiro e técnico para que a agroecologia tenha viabilidade e competitividade. A análise dos resultados demonstra que a produção agroecológica é, de fato, uma estratégia mágica para a integração de migrantes no Brasil, uma vez que gera benefícios que vão para além da questão econômica, proporcionando integração social, cultural e ambiental. Portanto, para maximizar os resultados obtidos, é necessário que as políticas públicas incluam o apoio direcionado e a capacitação para migrantes, de forma a fortalecer a agroecologia, enquanto estratégia efetiva de inclusão e desenvolvimento sustentável.

## **5 DISCUSSÃO**

A agroecologia surge como uma alternativa relevante para os migrantes que chegam ao Brasil, sobretudo considerando que muitos enfrentam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho formal e nas dinâmicas urbanas. O estudo de caso da UCEPH em Campo Magro, Paraná, ilustra como a agroecologia pode ser uma via eficaz para a integração de migrantes, fornecendo acesso à terra, recursos e oportunidades para sustento familiar.

De acordo com o relatório da UCEPH (2020), a participação de migrantes em atividades agroecológicas tem mostrado impacto positivo, uma vez que, ao contrário da agricultura convencional, que exige grandes investimentos em infraestrutura e insumos químicos, as práticas agroecológicas podem ser implementadas com menor dependência de capital. Isso facilita a entrada dos migrantes no mercado agroecológico, proporcionando um caminho viável para aqueles que não têm acesso imediato a recursos financeiros ou terrenos. A UCEPH tem demonstrado que a cooperação entre migrantes e produtores locais, sobretudo em iniciativas de hortas comunitárias e pequenos cultivos, fortalece as relações de solidariedade, essenciais para a integração social e econômica no contexto rural.

Além disso, a agroecologia favorece a formação de cooperativas e associações de pequenos agricultores, como evidenciado pela prática observada em Campo Magro. No relatório da UCEPH, as redes de apoio comunitário, compostas por migrantes e agricultores locais, têm sido fundamentais para a realização de práticas agrícolas sustentáveis e para a criação de vínculos entre diferentes culturas.

Esses modelos de organização não só incentivam a troca de saberes, mas também fortalecem a economia solidária, pois permitem que os migrantes, ao lado de pequenos produtores brasileiros, compartilhem conhecimentos tradicionais e técnicas de cultivo sustentáveis.

A agroecologia também proporciona um espaço para o respeito às práticas culturais diversificadas dos migrantes, muitas das quais são levadas de seus países de origem. Isso é importante para os migrantes que buscam manter suas tradições agrícolas e se integrar ao mesmo tempo nas dinâmicas rurais brasileiras.

Quanto à questão ambiental, a agroecologia representa uma alternativa viável para que imigrantes se tornem agentes de proteção ambiental. A literatura revisada e as práticas observadas no campo, como a compostagem, rotação de culturas e conservação do solo, demonstram que, ao incorporar migrantes nas práticas agroecológicas, e se contribui para a inserção social desses indivíduos, e também se fortalece a preservação ambiental. O uso de práticas agrícolas sustentáveis, como demonstrado pela UCEPH, é um passo em direção à restauração ecológica e à preservação dos recursos naturais.

Contudo, o estudo de caso revela desafios estruturais que ainda limitam a efetividade das políticas públicas para o fomento da agroecologia. O primeiro desafio apontado pela UCEPH é a infraestrutura limitada para apoiar os migrantes na adaptação às práticas agroecológicas, sobretudo na comercialização de produtos em regiões remotas. A dificuldade no escoamento da produção agroecológica pode comprometer as oportunidades de renda dos migrantes. Isso é evidenciado pelo fato de que muitos migrantes em Campo Magro enfrentam dificuldades para acessar mercados e feiras agroecológicas, o que limita o potencial econômico da agroecologia para esses grupos.

Outro desafio é o acesso à terra. O estudo de caso mostrou que, embora muitos migrantes tentem acessar terras na região, a burocracia e a dificuldade financeira ainda são obstáculos. Os dados coletados pela UCEPH apontam que, embora a demanda por lotes seja alta, muitos migrantes permanecem em situações de precariedade, aguardando por terras disponíveis para cultivo. A distribuição de terras, como proposto em políticas públicas de reforma agrária, seria uma medida eficaz para facilitar o acesso à terra e garantir a sustentabilidade das práticas agroecológicas no longo prazo.

A literatura sugere que, para que as políticas públicas sejam eficazes, é necessário garantir o acesso à terra para migrantes, implementando programas de reforma agrária que incluam aqueles provenientes de contextos migratórios. Além disso, incentivos financeiros, assistência técnica e suporte para a comercialização são fundamentais para que os migrantes se integrem à agroecologia, com benefícios tanto para eles quanto para o meio ambiente e a economia local.

A capacitação e educação contínua são elementos essenciais para garantir a autonomia dos migrantes nas práticas agroecológicas, como evidenciado pelo trabalho da UCEPH na Sala PMUB da Universidade Federal do Paraná, que proporciona educação e formação técnica para migrantes.

Por fim, a análise de Campo Magro e da UCEPH confirma que a agroecologia representa uma alternativa viável para a inclusão social e econômica dos migrantes no Brasil, ao mesmo tempo em que contribui para a sustentabilidade ambiental. Ao adotar políticas públicas que incentivem as práticas agroecológicas, o Brasil pode alcançar dois objetivos essenciais: criar a sustentabilidade ambiental e garantir a inclusão socioeconômica e cultural dos migrantes. Este modelo agrícola, que respeita às culturas e saberes tradicionais, tem o potencial de criar uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção agroecológica, quando inserida nas políticas públicas, representa uma alternativa poderosa para criar o desenvolvimento sustentável e a inclusão no Brasil, no contexto dos fluxos migratórios que o país tem experimentado. A pesquisa demonstrou que a agroecologia pode ser um motor para a integração dos migrantes, proporcionando não só o desenvolvimento econômico, mas também a valorização das identidades culturais e a promoção da coesão social nas comunidades rurais.

Este modelo agroecológico, com suas práticas sustentáveis e inclusivas, aparece como um caminho promissor para enfrentar os desafios socioeconômicos e culturais impostos pela migração.

Os dados do estudo de caso, sobretudo relacionados ao trabalho da União das Comunidades, Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH) em Campo Magro, revelam que a agroecologia oferece aos migrantes a oportunidade de reconstruírem

suas vidas em um novo território, preservando e adaptando suas práticas agrícolas tradicionais, ao mesmo tempo em que se integram às comunidades locais. Como os migrantes, os haitianos, trazem consigo uma vasta experiência em práticas agrícolas, a agroecologia proporciona um meio de reintegração e através da oferta de trabalho, mas também por meio da valorização e aplicação de saberes tradicionais que enriquecem a produção local.

A participação dos migrantes nas práticas agroecológicas, conforme ilustrado no caso de Campo Magro, também contou com a constituição de sistemas produtivos sustentáveis, que respeitam tanto o meio ambiente quanto a cultura local. A agroecologia, portanto, é mais do que uma técnica agrícola: ela é uma forma de integração, pois fortalece a autonomia dos migrantes, fomenta a economia solidária por meio da criação de cooperativas e associações e desenvolve uma rede de apoio comunitário que contribui para a coesão social.

Além disso, a inserção dos migrantes no setor agroecológico também tem o potencial de criar uma nova identidade rural inclusiva, na qual as culturas de origem dos migrantes são valorizadas e integradas ao contexto agrícola local. A agroecologia, ao incorporar práticas agrícolas sustentáveis como rotação de culturas e compostagem, oferece aos migrantes não só a chance de desenvolverem suas habilidades, mas também de se tornarem agentes na promoção da sustentabilidade ambiental e na preservação dos recursos naturais. No entanto, a revisão da literatura e os dados do estudo de caso indicam que existem desafios na implementação de políticas públicas eficazes.

O acesso à terra e a infraestrutura necessária para comercializar os produtos agroecológicos são obstáculos ainda presentes, como apontado no estudo de caso em Campo Magro. Os migrantes enfrentam dificuldades burocráticas e financeiras para adquirir terras e escoar sua produção, o que compromete o potencial econômico da agroecologia para esses grupos. A literatura sugere que políticas públicas como programas de reforma agrária, distribuição de terras e incentivo à comercialização de produtos agroecológicos podem ser fundamentais para superar esses obstáculos.

Por fim, esta pesquisa reforça a necessidade de uma abordagem integrada nas políticas públicas, que considere as especificidades dos migrantes. A agroecologia oferece um modelo promissor para a inclusão socioeconômica e cultural dos migrantes, contribuindo para um Brasil mais sustentável e inclusivo. As políticas

públicas que proporcionem acesso à terra, incentivo financeiro, assistência técnica e mercados justos podem consolidar a agroecologia como uma ferramenta de desenvolvimento, não só para os migrantes, mas para toda a sociedade. Assim, o Brasil poderá avançar em direção a um modelo de agricultura que, ao mesmo tempo que preserva o meio ambiente, incentivando a inclusão social e valoriza as diversas identidades culturais que compõem sua população.

## REFERÊNCIAS

ALFAIA, Sonia Sena; AYRES, Marta Iria da Costa; PUENTE, Reinaldo José Alvarez; NETO, José Guedes Fernandes; UGUEN, Katell. **Cartilha para produtores rurais: princípios agroecológicos para o manejo ecológico do solo e a saúde das áreas produtivas**/Sonia Sena Alfaia... [et. al.]. -- Manaus: Editora INPA, 2018.24 p.: il. color. Disponível em: [https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4752/1/principios\\_agroecologicos.pdf](https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4752/1/principios_agroecologicos.pdf). Acesso em: 28 nov. 2024.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ALTIERI, Miguel.A., NICHOLIS, Clara.I. **Agroecology and the Search for a Truly Sustainable Agriculture**. Basic textbooks for environmental training (Vol. 9) United Nations Environmental Programme, Environmental Training Network for Latin America and the Caribbean. (2005). Disponível em: <https://www.agroeco.org/doc/agroecology-engl-PNUMA.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). **Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências** / [organização Silvia do Amaral Rigon... et al.]; Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ANA. - 1.ed. - Rio de Janeiro: FASE, 2010. Disponível em: <https://ibeasa.org/wp-content/uploads/2021/01/Soberania-e-Seguranca-Alimentar-na-Construcao-da-Agroecologia.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

BALEM, T. A.; SILVEIRA P. R. **Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública**. UFSM. 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/519/2019/10/01.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BEZERRA, Islandia; SCHNEIDER, Sergio. **PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: O papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer**. Volume 15 – Número 20– Jan/Jun 2012 – pp. 35-61. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/891.pdf>, Acesso em: 03 dez. 2024.

BRYM, Zachary T., REEVE, Jennifer R., Agroecological Principles from a Bibliographic Analysis of the Term Agroecology, In: **Sustainable Agriculture Reviews**: Volume 19, Lichtfouse E. (Ed.), Springer International Publishing, Cham, 2016, pp. 203-231. Disponível em: [https://trec-agroecology.github.io/introducing-agroecology/materials/BrymANDReeve\\_2016.pdf](https://trec-agroecology.github.io/introducing-agroecology/materials/BrymANDReeve_2016.pdf). Acesso em: 28 nov. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2002.

CENATUS, Wilzort. Agroecologia como ferramenta para a concepção de políticas públicas: integração socioeconômica e cultural de migrantes no Brasil. In: GEDIEL, José Antônio Peres; FRIEDRICH, Tatyana Scheilla. **Movimentos, memórias e refúgio: ensaios sobre as boas práticas da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR) na Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Inverso, 2020.

CENATUS, Wilzort. Relatório de atividades de 2023-2024. **Associação União da Comunidade dos Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH)**, 2024.

CIDSE. OS PRINCÍPIOS DA AGROECOLOGIA: **Rumo a sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis**. Bruxelas, Bélgica. 2018. Disponível em: [https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2018/04/PT\\_Os\\_Principios\\_da\\_Agroecologia\\_CIDSE\\_2018.pdf](https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2018/04/PT_Os_Principios_da_Agroecologia_CIDSE_2018.pdf). Acesso em: 28 nov. 2024.

FORNAZIER, Armando; BELIK, Walter. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 204–218, 2013. DOI: 10.20396/san.v20i2.8634598. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634598>. Acesso em: 3 dez. 2024.

GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel González de. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sustentable**. Madrid: Mundi-Prensa, 2005.

GUERRA, João Guilherme B. Políticas públicas para a agroecologia no Brasil: avanços e desafios. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 6-11, 2016.

HUNGRIA, Mariangela. **Segurança alimentar e nutricional: o papel da ciência brasileira no combate à fome**. / Organização Mariangela Hungria. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024. Disponível em: <https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Seguranca-Alimentar-e-Nutricional-O-Papel-da-Ciencia-Brasileira-no-Combate-a-Fome-LIVRO-ABC-2024.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

IBGE. ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: Agricultura familiar. 2017. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11\\_00\\_Texto.pdf](https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf). Acesso em: 28 nov. 2024.

IPES-Food. **THE NEW SCIENCE OF SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS: Overcoming Barriers to Food Systems Reform**. 2015. Disponível em: [https://www.ipes-food.org/\\_img/upload/files/NewScienceofSusFood.pdf](https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/NewScienceofSusFood.pdf). Acesso em: 03 dez. 2024.

KAGEYAMA, Paulo Yoshio; OLIVEIRA, Renata Evangelista de; MORAES, Luiz Fernando Duarte de; ENGEL, Vera Lex; MENDES, Flavio Bertin Gandara. **Restauração ecológica de ecossistemas naturais**. 2003. Botucatu: FEPAF. Disponível em: [http://www.lerf.eco.br/img/publicacoes/2004\\_12%20Fundamentos%20de%20Restauracao.pdf](http://www.lerf.eco.br/img/publicacoes/2004_12%20Fundamentos%20de%20Restauracao.pdf). Acesso em: 03 dez. 2024.

MONTEIRO, Rodrigo Paranhos. **Alimentos Orgânicos e Agroecológicos Processados: Fundamentos Legais no Brasil** / Rodrigo Paranhos Monteiro; Maria Ivone Martins Jacintho Barbosa; Renato Linhares de Assis. - Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2021. PDF (40 p.) Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1137201/1/CP-01-21-DOC-142-organicos-pronto-1.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

NETO, Alberto Bracagioli; DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Metodologias participativas e sistematização de experiências em Agroecologia. Série **Ensino, Aprendizagem e Tecnologias**. UFRGS. 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256697/001155095.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PIMENTEL, Anne Geraldj; SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; VANESKI FILHO, Ener; ROMAN, Iara Sánchez; CALEIRO, Manuel Munhoz. **Agroecologia, sociobiodiversidade e soberania alimentar**. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2023. Disponível em: <https://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2024/01/Agroecologia-sociobiodiversidade-e-soberania-alimentar.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

SILVA, Marisa L.; SANTOS, Anna Carla. Agricultura familiar e políticas públicas para a produção agroecológica. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 305-322, 2014.

SCHMITZ, Heribert. O **papel da agroecologia na segurança alimentar e na inclusão social**. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 46, n. 2, p. 12-17, 2017.